

Sumário

Apresentação, ix

Introdução, 1

Parte I – As Medidas Antiarbitragem no Contexto das Transformações da Arbitragem no Âmbito Internacional, 19

1 A relação entre as transformações da arbitragem no âmbito internacional e as ordens jurídicas nacionais, 21

- 1.1 Definições prévias, 21
- 1.2 O movimento de universalização da arbitragem e seus limites: a busca por autonomia em relação às ordens jurídicas nacionais, 24
- 1.3 Casos paradigmáticos que servem de base para o debate em torno da autonomia da arbitragem em relação às ordens jurídicas nacionais, 32
- 1.4 Um olhar mais detido sobre o debate em torno da autonomia: as peculiaridades das ordens jurídicas nacionais em confronto com os padrões da arbitragem – a construção de critérios reconhecidos internacionalmente, 37
- 1.5 Um olhar sociológico sobre o movimento de universalização da arbitragem: as disputas que estão por trás da busca por autonomia em relação às peculiaridades das ordens jurídicas nacionais, 49

2 O princípio da competência-competência e as transformações da arbitragem no âmbito internacional, 58

- 2.1 Definições prévias, 58
- 2.2 Modelos de regulação do princípio da competência-competência, 61
 - 2.2.1 O modelo da competência concorrente de árbitros e juízes, 65



- 2.2.2 O modelo da competência prioritária incondicionada dos árbitros, 72
- 2.2.3 O modelo da competência prioritária condicionada dos árbitros, 75
- 2.3 A atual tendência de aproximação dos modelos de regulação da competência-competência e o favorecimento da autonomia da arbitragem em relação às peculiaridades das ordens jurídicas nacionais, 89

3 As medidas antiprocesso e as medidas antiarbitragem no âmbito internacional, 95

- 3.1 Definições prévias, 95
- 3.2 Modelos de regulação das medidas antiprocesso e das medidas antiarbitragem, 96
 - 3.2.1 A Convenção de Nova Iorque e a lei-modelo da UNCITRAL como fundamentos para a regulação das medidas antiarbitragem, 100
 - 3.2.2 O modelo inglês e o modelo norte-americano, 103
- 3.3 Casos paradigmáticos envolvendo medidas antiprocesso relacionadas com a arbitragem no âmbito internacional, 117
 - 3.3.1 O caso KBC vs. Pertamina, 119
 - 3.3.2 O caso Himpurna vs. República da Indonésia, 121
 - 3.3.3 O caso HUBCO vs. WAPDA, 122
 - 3.3.4 O caso SGS vs. Estado do Paquistão, 124
 - 3.3.5 O caso Salini Costruttori S.P.A. vs. República da Etiópia, 127
 - 3.3.6 Análise dos casos apresentados, 128

Parte II – As medidas antiarbitragem no direito brasileiro, 133

4 O princípio da competência-competência como pressuposto para a análise das medidas antiarbitragem no direito brasileiro, 135

- 4.1 A inserção do Brasil no movimento de universalização da arbitragem, 135
- 4.2 A afirmação da competência-competência na arbitragem – resposta a quatro objeções e dois esclarecimentos sobre o princípio da competência-competência no direito brasileiro, 139
 - 4.2.1 A constitucionalidade do princípio da competência-competência, 140
 - 4.2.2 A fonte do poder dos árbitros para analisar a sua própria competência, 147
 - 4.2.3 A imparcialidade do árbitro para analisar a sua própria competência, 150
 - 4.2.4 A análise da competência dos árbitros como matéria de ordem pública, 154
 - 4.2.5 A análise da competência dos árbitros como mérito, 159
 - 4.2.6 A análise da competência dos árbitros em sentença parcial, 170
- 4.3 A relativização da competência-competência como um problema de direito processual, 178
 - 4.3.1 O modelo brasileiro de regulação do princípio da competência-competência: a competência prioritária incondicionada dos árbitros, 178

- 4.3.2 A relativização da competência-competência com base no direito material: a gravidade do vício como critério para relativização, 186
- 4.3.3 A relativização da competência-competência com base no direito processual: o controle *prima facie* (cognição sumária) como critério para relativização, 190

5 A inadmissibilidade das medidas antiarbitragem no direito brasileiro, 205

- 5.1 A concessão de medidas antiarbitragem como um problema de direito processual, 205
 - 5.1.1 A impossibilidade de processos paralelos para a análise da convenção de arbitragem, 207
 - 5.1.2 Os obstáculos à concessão de medidas antiarbitragem, 216
- 5.2 As medidas antiarbitragem no contexto das práticas ilegais da arbitragem, 223
- 5.3 O Poder Judiciário brasileiro frente às medidas antiarbitragem, 226
 - 5.3.1 O caso COPEL vs. UEG Araucária Ltda., 229
 - 5.3.2 O caso CAO A vs. Renault, 234
 - 5.3.3 Análise dos casos apresentados e da pesquisa jurisprudencial realizada, 238

Conclusão, 248

Anexo – Pesquisa Jurisprudencial, 253

Referências bibliográficas, 263